

Copom sinaliza que aumento dos juros terminará em abril

Fernanda Bompan

Na quarta-feira passada, o Copom decidiu aumentar, sem viés, a taxa de juros em 0,5 ponto percentual, ao passar de 11,25% para 11,75%, visando dar "seguimento ao processo de ajuste das condições monetárias". Desta forma, o texto possibilita a interpretação de que a taxa de juros fechará 2011 em 12,25% ao ano. "Com essa ata, os especialistas deverão rever suas previsões", afirma o professor de Economia do curso de administração da ESPM e sócio da Pezco, Frederico Araújo Turolla, ao concordar que deverá haverá só mais uma alta da Selic. "A ata deixa essa sinalização de certa forma mais evidente. Mas não sei se isso será suficiente para conter a inflação", avalia o economista do Santander, Cristiano Souza. Para ele, a inflação deste ano deve fechar a 6,1%.

No documento, o Copom reconheceu que há riscos para que a inflação convirja para o centro da meta, de 4,5%, neste ano. "O Copom entende que o cenário prospectivo para a inflação não evoluiu favoravelmente desde sua última reunião [em janeiro]", diz o texto. Contudo, o BC acredita que o cenário inflacionário caminha para uma situação mais benigna.

O Copom prevê que neste trimestre e nos dois seguintes, a inflação acumulada em 12 meses, para o comitê, tende a permanecer em patamares similares ou mesmo superiores àquele em que atualmente se encontra. Entretanto, estima que a partir do quarto trimestre, o cenário central indica tendência na direção da trajetória de metas.

O professor da Trevisan Escola de Negócios, Alcides Leite, concorda com o BC. "Embora os preços estejam ainda altos, há um menor ímpeto de aumentos e os preços de commodities devem recuar", explica.

Já para os economistas do Itaú, Ilan Goldfajn (economista-chefe) e Caio Megale, o documento do BC reforçou a projeção do banco de que haverá mais duas alta de 0,5 ponto percentual e 0,25% ponto da taxa Selic, a encerrar 2011 a 12,75%. "Mas surpreendeu o mercado ao indicar a possibilidade de ser menor, caso venha a adotar medidas prudenciais adicionais."

O analista da Win Trade, José Góes, também acredita que haverá mais duas altas até o final do ano, a fechar o ano em 12,75%. "Para o próximo ano, a inflação seguirá um pouco pressionada. Acredito que o centro da meta só será alcançado no segundo semestre de 2012", avalia.

Questão fiscal

Outro ponto que chamou a atenção dos especialistas é sobre o otimismo dos diretores do BC sobre a situação fiscal do Brasil neste ano. "A ata reconheceu explicitamente os avanços no âmbito da consolidação fiscal como as medidas anunciadas [contingenciamento de gastos] e executadas (salário mínimo) pelo governo, assim como a importância das medidas macroprudenciais como elemento de contenção da demanda agregada", apontam os economistas do Itaú.

"Há uma confiança muito forte de que o governo brasileiro deverá atingir a meta do superávit primário. O Copom corre risco em comprar essa promessa de cunho político", analisa Turolla. "Além disso, o tom da ata foi muito tranquilo. Usar no começo da gestão da nova direção do BC o estoque de credibilidade conquistada por outras direções é muito perigoso. Não é o momento para ter uma postura tão de pomba [termo utilizado para definir quando a atuação é muito amena]", diz.

Cenário externo

Apesar da confiança na previsão de um cenário inflacionário benigno, o Copom mostrou que continua atento ao cenário externo. "Desde a última reunião, no âmbito externo, fatores de estímulo e seus reflexos sobre preços de ativos apontam menor probabilidade de reversão do processo de recuperação em que se encontram as economias do G-3", diz a ata. Desta forma,

segundo os especialistas, se não houver recuperação das economias mais importantes não será realmente necessário elevar ainda mais a taxa Selic, por conta do viés desinflacionário decorrente deste cenário internacional.

Por outro lado, o BC aponta que em um cenário alternativo - que leva em conta a manutenção da taxa de câmbio e com projeção de inflação se encontra acima da meta e a desaceleração da atividade doméstica -, "a eventual introdução de ações macroprudenciais pode ensejar oportunidades para que a estratégia de política monetária seja reavaliada", de modo a não descartar uma nova rodada de medidas, como a restrição ao crédito.

Fonte: DCI, São Paulo, 11 mar. 2011, Primeiro Caderno, p. A3.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais